

Problemas sociais como entraves ao desenvolvimento econômico da América Latina

Éder de Souza Beirão¹
Maria Elizete Gonçalves²

Resumo

A partir da disseminação do pensamento cepalino por meio das publicações de seus estudiosos, surgiu nas nações latino-americanas a corrente desenvolvimentista. Porém, o que se pode observar é que a partir da adoção dessa política desenvolvimentista houve o acirramento das desigualdades sociais e da pobreza na região, ambas causadas pelo distanciamento existente entre o crescimento econômico e a resolução desses problemas. O desenvolvimento econômico e desigual, criador de vulnerabilidades sociais, e as falácias sistematizadas por Bernardo Kliksberg (2001) acabaram por provocar a obstrução do desenvolvimento econômico da América Latina. Se não há crescimento econômico significativo, bem-estar social e redução das desigualdades sociais na região, não há o tão almejado desenvolvimento sustentado. Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo se constituiu em demonstrar como os problemas sociais e suas falácias contribuíram para a obstrução do desenvolvimento econômico na América Latina.

Palavras-chave: Problemas sociais; desenvolvimento econômico; América Latina.

Social problems as obstacles to the economic development of Latin America

Abstract

From the dissemination of ECLAC thought through the publications of its scholars, the developmentalist current emerged in the Latin American nations. However, what can be observed is that since the adoption of this development policy there has been a deepening of social inequalities and poverty in the region, both caused by the gap between economic growth and the resolution of these problems. Economic and inequitable development, creator of social vulnerabilities and fallacies systematized by Bernardo Kliksberg (2001) that ended up causing complete obstruction of the economic development of the Latin American region. If there is no significant economic growth, social welfare and reduction of social inequalities in the region, there is no long-awaited sustained development. In this sense, the general objective of this study was to demonstrate how the social problems and fallacies of these contributed to the obstruction of economic development in Latin America.

Keywords: Social problems; Economic development; Latin America.

1. Introdução

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 surgiu o debate sobre o subdesenvolvimento nos países periféricos. Debates relacionados à segurança nacional e armamento nuclear deixaram de ser prioridade. Os Estados Unidos financiavam a reconstrução e a possível retomada do crescimento da Europa, que fora arrasada pela guerra, os países da África iniciavam seu processo de

¹ Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Email: ederbeirao@gmail.com

² Doutora em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG) e Professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Email: mariaeliz.unimontes@gmail.com
Recebido em junho de 2019 e aceito em fevereiro de 2020

independência e a América Latina e o Caribe se tornaram aptos a serem inseridos no mercado internacional. Com o fim da grande guerra, algumas das nações latino-americanas estavam em condições de completar seu processo de industrialização e dar início as transformações econômicas que lhes proporcionariam alcançar um desenvolvimento autossustentado (CARDOSO; FALETTO, 1984).

Na busca de inserir estas nações no sistema internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), criou em 1948 uma comissão econômica regional para servir de observatório temporário no período de um ano para compreender a situação dessa região. Surgiu, então, a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Trata-se de um órgão da ONU criado com o intuito de buscar soluções para problemas econômicos dos países dessa região, através da confecção de estudos empíricos que objetivavam sugerir políticas econômicas (MORAES, 1995).

Junto à CEPAL, nasce na América Latina a economia do subdesenvolvimento e sua preocupação de que os países latino-americanos alcançassem o nível de desenvolvimento das economias mais ricas e desenvolvidas. Inicialmente, o caminho para alcançar o desenvolvimento econômico era a industrialização. Esse desenvolvimento deveria garantir o crescimento sustentado da renda, a redução de desigualdades sociais e a autonomia da região em importar bens de consumo.

Ao longo das décadas seguintes, intensificou-se o debate sobre o desenvolvimento econômico, fazendo com que se internalizasse cada vez mais no campo teórico as preocupações com a parte social do processo de desenvolvimento, expandindo-se uma análise puramente econômica para uma análise socioeconômica.

Desde que o desenvolvimento econômico tem sido fomentado na América Latina, problemas sociais têm surgido e se multiplicado a níveis alarmantes. Junto desses problemas, falácias têm sido disseminadas. Essas falácias, somadas aos problemas sociais, têm funcionado como entraves ao desenvolvimento econômico da região. Nesse contexto, o presente estudo parte do seguinte questionamento: como problemas sociais da América Latina colaboram para a obstrução de seu desenvolvimento econômico?

Para responder a questão norteadora foi definido o objetivo geral, que consiste em demonstrar como os problemas sociais e suas falácias contribuíram para a obstrução do desenvolvimento econômico na América Latina.

2. Desenvolvimento no contexto do pensamento cepalino

Para entender como se deu o desenvolvimento da América Latina faz-se necessário compreender o pensamento moderno sobre o desenvolvimento latino-americano. O pensamento moderno acerca do desenvolvimento latino-americano se

desenvolveu a partir do pensamento dos estudiosos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Essa contextualização é necessária para que seja compreendido como se deu o surgimento dos estudos originais das dificuldades da América Latina e, principalmente, como os países enfrentaram seus problemas ao longo do século XX. O estudo se inicia tomando como base o ponto de partida da CEPAL: os estudos desenvolvidos por Raúl Prebisch, uma de suas figuras mais importantes.

Raúl Prebisch nasceu na Argentina e cursou Economia na Universidade de Buenos Aires, da qual se tornou professor e catedrático de Economia Política. Ocupou vários cargos importantes em órgãos da área econômica do governo argentino, no período 1930-1943, entre os quais o de primeiro diretor-geral do Banco Central da Argentina (1935-1943). Em 1949, passou a integrar a diretoria da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL, órgão da ONU), sendo conduzido no ano seguinte ao cargo de secretário-executivo da instituição. (OLIVEIRA; GENNARI, 2009, p.287).

A CEPAL era um órgão regional da ONU que tinha como principal objetivo analisar e apresentar propostas para o desenvolvimento dos países latino-americanos no contexto do pós-guerra. O órgão era composto por representantes de todos os países da América Latina e contava com a participação especial de representantes dos Estados Unidos, Inglaterra, França e Holanda (OLIVEIRA, GENNARI, 2009).

Raúl Prebisch foi pioneiro ao abordar o subdesenvolvimento latino-americano, quando a CEPAL começa a surgir e junto dela, suas publicações. Na concepção dos economistas à época, o desenvolvimento era visto como um problema existente na América Latina. A tese central dos estudos cepalinos de Prebisch é o estruturalismo histórico. Antes de definir esse conceito faz-se necessário percorrer algumas definições.

Prebisch (1949) começou seu famoso texto apresentando uma crítica às teorias tradicionais do comércio internacional, advertindo sobre a sua "falsa universalidade" e, ao mesmo tempo, clamando pelos "jovens economistas latino-americanos" para, a partir desse momento, focar seus esforços em investigar o problema do desenvolvimento da América Latina, prioritariamente. A intenção do autor não era negar a teoria econômica dita tradicional por completo, mas sim alertar aos economistas para que os mesmos atentassem para as particularidades dos países latino-americanos, sendo que cada um deles possuía e possui condições e oportunidades próprias para a promoção do desenvolvimento econômico.

A conjuntura econômica e geopolítica dos países é diferente ao longo do tempo, fazendo com que o caráter estrutural da especificidade de cada país em prol do desenvolvimento se aprofunde mais. A teoria econômica tradicional não leva em consideração estas especificidades, possuindo uma abordagem generalista. A mesma deveria ser aceita dentro das condições específicas de cada país para, assim, pensar-se as formas de desenvolvimento.

A tese de Prebisch (1949) fundamenta-se na crítica aos modelos da economia tradicional que são baseados em vantagens comparativas. Estas teorias fazem apologia à especialização dos países em bens que são intensivos em seus recursos abundantes, pois é nesses que existem maior produtividade e competitividade. O autor afirma que essa especialização tornaria o comércio internacional proveitoso para todos os países envolvidos e estes não mais precisariam produzir internamente aquilo que não fosse competitivo e fosse menos produtivo.

Porém Prebisch (1949) observou a existência de uma dificuldade dos países da América Latina ao seguirem os preceitos da economia tradicional. Segundo Prado Junior (1963), essas nações têm um “passado colonial”, possuem uma abundância de recursos naturais e por isso continuaram a tradição de serem exportadores de produtos primários, provindos do extrativismo e da agricultura. O autor afirma que na busca de compreender a formação do Brasil, e por consequência os demais países latino-americanos, é preciso retornar à colonização. Esse exercício se faz necessário pelo fato dos países da América Latina viverem resquícios de um passado colonial que os cerca de todos os lados. Esse passado pode ser visto no “trabalho livre”, nos processos rudimentares empregados na agricultura, a subordinação da economia ao mercado internacional, além da comunicação interna.

Tendo como base tal cenário e as teorias de comércio exterior já citadas era esperado que todos os países latino-americanos fossem beneficiados pela especialização, gerando um resultado mais eficiente, ou seja, produtos com preços mais baixos e maior oferta. De acordo com Prebisch (1949), a dificuldade notada relaciona-se à assimilação e difusão do progresso técnico. As vantagens deveriam ser distribuídas tanto para o país especializado em manufaturas, quanto para o país especializado na produção agrícola, pela abundância de fatores e pela própria especialização. Este progresso técnico é incorporado e aplicado de forma diferenciada entre os setores produtivos industriais e os agricultores.

Em razão dessa diferença, Prebisch (1949) atentou para o fato de que as possibilidades de ganhos produtivos na manufatura são maiores do que na agricultura, em decorrência das oportunidades geradas pela intensidade tecnológica da produção. Como consequência, o que se esperava é que os preços dos manufaturados – pela maior produtividade – caíssem proporcionalmente mais que os produtos agrícolas.

Porém o que Prebisch (1949) percebeu foi justamente o contrário, as manufaturas, setores de maior produtividade e intensa evolução tecnológica, obtiveram queda de preços proporcionalmente menores do que os produtos primários na primeira metade do século XX. O autor intitulou tal fenômeno de “deterioração dos termos de troca”.

Ao adotar uma visão macroeconômica, Prebisch (1949) pode identificar a insuficiência que os países agroexportadores possuíam ao almejarem abastecer o mercado interno com bens de consumo manufaturados, principalmente no pós Segunda Guerra Mundial. Em decorrência disso, o setor primário gerava capacidade importadora que permitia esse abastecimento.

A deterioração dos termos de troca e a instabilidade dos preços das *commodities* geravam constantemente períodos de restrição externa, o que limitava a capacidade importadora e, por conseguinte, o abastecimento através das importações. Por meio da adoção da visão macroeconômica, Prebisch (1949) pode chegar à conclusão de que, para as nações latino-americanas superarem a condição do subdesenvolvimento, seria necessário que se industrializassem.

A partir de sua industrialização, esses países intitulados de subdesenvolvidos não dependeriam tanto de saldos comerciais bastante positivos para abastecer o mercado interno através da capacidade importadora. Em consequência desta mudança, haveria uma maior produtividade dos setores industriais o que permitiria maiores salários e acumulação de capital, aumentos de renda e crescimento econômico sustentado.

Este foi o processo de industrialização pela substituição de importações, defendido pela CEPAL. Mais tarde, este processo implicou em condições políticas contrárias aos interesses das elites tradicionais e dos Estados Unidos, resultando em golpes que implantaram governos militares.

Prebisch (1949) fez uma associação entre a localização geográfica e os níveis de desenvolvimento econômico de cada país no mundo. Os países mais desenvolvidos (industrializados) representavam o centro do capitalismo. Já aquelas nações consideradas atrasadas (agroexportadoras) eram chamadas de periferia.

A época em que Prebisch escreveu tal teoria foi a mesma do surgimento da Economia do Subdesenvolvimento, proveniente de autores como Albert Hirschman, Hans Singer e outros, publicações que passaram a entender a economia subdesenvolvida como um subproduto da economia desenvolvida e não é condição necessária ao desenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2009).

Esse pensamento vem de encontro à contribuição estruturalista-histórica cepalina que começou com Raúl Prebisch. Ao identificar os problemas do desenvolvimento, a especificidades das nações latino-americanas e a difusão do progresso técnico nesses países, a contribuição estruturalista-histórica de Prebisch pode ser aplicada através de um diagnóstico que se embasou nas condições históricas particulares de cada nação. A CEPAL sempre demonstrou íntima preocupação com as desigualdades sociais, o setor manufatureiro e com níveis baixos de renda existentes nos países latino-americanos.

Outro teórico reconhecidamente importante no período inicial da CEPAL é Celso Furtado. Furtado era um economista brasileiro e um dos mais destacados intelectuais do país no século XX. Assim como Raúl Prebisch, Furtado seguia a mesma linha do estruturalismo e focou seus esforços em destacar os entraves de uma nação subdesenvolvida para superar suas adversidades.

Furtado (1961) focou seus esforços em destacar o aspecto social do processo. Para ele, a raiz do subdesenvolvimento é a seguinte: contradição entre uma classe privilegiada, geralmente ligada a setores de exportação, que quer adequar seus padrões de consumo ao dos países centrais, ao mesmo tempo em que é necessário um esforço ainda maior de acumulação de capital, suficiente para fomentar a industrialização.

O sentido social que Furtado (1961) quer demonstrar nos remete ao fato de que existe um distanciamento muito grande entre os países subdesenvolvidos e os centrais, principalmente no que tange aos níveis de renda. Isso faz com que a classe trabalhadora tenha mais dificuldade em alcançar os padrões de consumo de uma sociedade industrial. Além disso, os países subdesenvolvidos lidam com um mercado cada vez mais internacionalizado, dificultando também o padrão de acumulação dos empresários.

Bielschowsky (2009) classificou de que forma o estudo estruturalista-histórico comparava a situação dos países periféricos em relação aos centrais, a saber: i) especialização nos bens primários; ii) níveis de produtividade setorial muito diferentes; e iii) Institucionalidade – estrutura do Estado – de pouco incentivo ao progresso técnico.

A classificação realizada pelo Bielschowsky (2009) apesar de não possuir sequer um foco em aspectos sociais do subdesenvolvimento, nos aponta como essas falhas estruturais impediam em grande medida que a periferia pudesse, por exemplo, manter altas taxas de emprego da mão-de-obra; a convivência mútua de setores mais e menos produtivos, níveis maiores de nível de renda etc.

Conforme Bielschowsky (2009) a partir das contribuições dos economistas na década de 1950 e começo dos anos 1960, as duas características elucidadas por Prebisch – restrição do mercado externo e deterioração dos termos de troca – passaram a influenciar e orientar os estudos desenvolvidos à época.

Tavares (2000) comenta que a partir do momento que foram identificados os problemas econômicos que defrontavam as nações latino-americanas a política econômica foi redesenhada e planejada com a industrialização e a substituição de importações.

Na década de 1970, o foco do debate da CEPAL continuou a girar em torno dos problemas principais citados anteriormente como é o caso da industrialização, a substituição das importações, distribuição de renda e o crescimento sustentado.

Conforme Bielschowsky (2009), questões relacionadas à distribuição equitativa da renda como um processo mais justo de crescimento econômico se intensificaram. Porém, na década de 1980, a conjuntura econômica e política se modificou através de uma forte restrição externa, fazendo com que o período passasse a ser conhecido como “década perdida”.

Nos países latino-americanos, a crise de dívida se alastrou sobre as economias das nações, provocando uma grave crise que culminou em dificuldades em se atrair capital estrangeiro e, também, nas altas taxas de inflação.

Os debates na CEPAL se acirraram em decorrência da situação com a qual a América Latina se defrontava e as ideias que prevaleceram foram as de cunho heterodoxo que apontavam para o caráter estrutural das crises latino-americanas. Porém as dificuldades e adversidades que assolavam as nações latino-americanas evidenciaram que estas políticas se mostravam ineficientes ao tentar trazer o equilíbrio. A partir de tal conclusão, as correntes de pensamento neoliberal ganharam força no debate.

Conforme Bielschowsky (2009), Fernando Fajnzylber fez uma revisão da CEPAL e do estruturalismo, e chegou à conclusão de que não concordava com as ideias neoliberais. O mesmo criticava o modo de desenvolvimento que vinha sendo conduzido na América Latina e passou então a defender que o Estado tem um papel muito importante para o desenvolvimento. Neste sentido, Cardoso e Faletto (1984, p.11) afirmaram que “o fortalecimento e a modernização do Estado pareciam os instrumentos necessários para alcançar uma política de desenvolvimento efetiva e eficaz”.

Em resumo, a partir da década de 1950, a CEPAL vem se destacando como uma entidade preocupada com questões relacionadas ao desenvolvimento latino-americano. Essa atenção se manifesta nos trabalhos de seus principais estudiosos que estabeleceram as teses centrais sobre o subdesenvolvimento.

Nas décadas seguintes, a mesma se firmou como uma instituição abrangente e engajada na evolução do pensamento desenvolvimentista até os anos 1980. Já na década de 1990, a política econômica passou por mudanças e a figura do Estado passou por revisão, entretanto, essa instituição continuou a ser considerada preponderante para o desenvolvimento da América Latina.

Bielschowsky (1998, p.25) argumenta que os teóricos cepalinos elaboraram “teorias do desenvolvimento” com o intuito de que fossem desenvolvidas políticas de industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento e a pobreza. O que se tem observado, porém, é o acirramento dessas desigualdades e vulnerabilidades. O desenvolvimento econômico não andou de “mãos dadas” com os latino-americanos.

3. Desenvolvimento econômico e desigualdades sociais

Não existe uma definição clara e universalmente aceita de desenvolvimento. Alguns economistas de raiz ortodoxa (NURKSE, 1957; MYRDAL, 1968; LEWIS, 1969; HIRSCHMAN, 1974) elaboraram modelos de desenvolvimento próximos das economias subdesenvolvidas. Segundo Souza (1999, p.20), estes teóricos associam crescimento com desenvolvimento. De acordo com o autor, para eles “um país é subdesenvolvido porque cresce menos que os desenvolvidos, embora possua recursos ociosos, como terra e mão de obra. Estas economias expandem-se abaixo de suas capacidades pois não utilizam integralmente os fatores de produção que dispõem”. É o caso dos países que integram a América Latina.

Segundo Kliksberg (2001, p.52), a evolução da situação da América Latina chama a atenção para os déficits sociais existentes na região. Os problemas de maior gravidade encontram-se na área social. A globalização é a grande culpada pela elevação destas desigualdades, pelo fato de ter provocado, dentre outras consequências, o aumento do desemprego (ARROYO; SCHUCH, 2006).

A globalização provocou estas e outras consequências ao promover a integração de diferentes países, ter contribuído para o progresso do econômico, tecnológico e científico, este processo acabou promovendo o estabelecimento de relações desiguais no âmbito global, ao favorecer poucos, os que usufruem de seus benefícios, os países desenvolvidos ou donos do capital, em detrimento daqueles que compartilham seus malefícios, os subdesenvolvidos ou pobres (KLIKSBERG; SEN, 2010).

Mendonça (2009, p.79) aponta para o fato de que “a América Latina é uma área cujas características principais são a especificidade de sua colonização e a desigualdade econômica e social em proporções não encontradas em outras regiões do mundo”. Apesar da situação ter se modificado em parte, as desigualdades persistem e continuam obstruindo o desenvolvimento econômico no âmbito das nações latino-americanas. Esse desenvolvimento que fora fomentado na região se acentuou e criou inúmeros problemas sociais.

4. Falácias sobre os problemas sociais da América Latina

Pensando nisso, Bernardo Kliksberg, sociólogo e economista argentino, desenvolveu e publicou na Revista de Administração Pública (RAP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no ano de 2002, um artigo que integrou uma de suas obras intitulada “Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social”. O estudo em questão foi intitulado de “Dez Falácias sobre os problemas sociais da América Latina”, no qual o autor chama a atenção para problemas simulados no âmbito da região e para aqueles que são verdadeiros.

Kliksberg (2001, p.13) afirma que “a população está clamando por mudanças” que permitam enfrentar os agudos problemas sociais. Ele completa apontando para o

fato de que os avanços no enfrentamento dos problemas sociais parecem encontrar inúmeros obstáculos na América Latina. O autor argumenta que alguns desses problemas sociais com os quais se defrontam as nações latino-americanas existem em decorrência “de fortes interesses criados e de privilégios que se beneficiam da manutenção da situação vigente”.

Em contrapartida, existem aqueles problemas sociais que passaram a existir em razão da inserção da região na economia internacional, através das ações intervencionistas da CEPAL. Existem ainda aqueles problemas que só persistem em decorrência do funcionamento inadequado de instituições e organizações básicas. Segundo Kliksberg (2001, p.14),

[...] soma-se a circulação profusa de certas falácias sobre os problemas sociais que levam à adoção de políticas errôneas e a empreender caminhos que afastam a saída do longo túnel ao qual se submete boa parte da população. Não são o único fator de atraso, mas claramente seu peso muito forte em setores com muita influência na tomada de decisões obstrui seriamente a busca de alternativas renovadoras e a passagem para uma nova geração de políticas econômicas e sociais (KLIKSBERG, 2001, p.14).

A adoção destas políticas públicas consideradas errôneas fazem com que além do desperdício de recursos com investimento, sejam criadas alternativas que levem a caminhos e soluções que só fazem afastar os governos destes países das verdadeiras, eficientes e eficazes soluções para combater tal problema.

O autor definiu dez falácias sobre os problemas sociais na América Latina tratando-os através de uma análise profunda, buscando a reflexão sobre o tema. A primeira falácia é “a negação ou a minimização da pobreza”. Kliksberg (2001, p.15) aponta para o fato de que “existe uma intensa discussão metodológica sobre como medir a pobreza na região”.

Conceituar pobreza e escolher as ferramentas de mensuração adequadas é o resultado de minuciosa análise da realidade social específica da região (ROCHA, 2006). Sen (2000, p.109) considera que “a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza”. Sobre a mensuração da pobreza, argumenta-se que estudos da América Latina convergem em dois pontos distintos: o número de pessoas sob a linha de pobreza é muito significativo e existe uma tendência para o aumento destas estatísticas nos últimos anos. Conforme a CEPAL (2017), a população em situação de pobreza na América Latina é de 187 milhões e em extrema pobreza é equivalente a 62 milhões (KLIKSBERG, 2001).

Para Sen e Kliksberg (2010), a desigualdade e a pobreza atingem os jovens de maneira exponencial. O desemprego entre os jovens, por exemplo, é estatisticamente maior do que entre os adultos. A falácia em questão lida com alguns problemas, a saber:

Além de conduzir a políticas absolutamente incapazes de enfrentar as realidades de pobreza, a falácia exposta entranha um importante problema ético. Não só não oferece soluções aos pobres, o que leva à perduração e acentuação de situações de exclusão humana antiéticas, que vai ainda mais longe, através da minimização e relativização, está questionando a própria existência do pobre (KLIKSBERG, 2001, p.18).

Há uma dificuldade no combate à pobreza em decorrência de afirmações como “pobres há em todos os lugares” e “que pobres existiram sempre”. Estas fazem parte de um discurso negador da existência destes problemas. O fato é que a pobreza sempre existiu no âmbito da América Latina e deve ser combatida para que as desigualdades sejam reduzidas e até extintas.

A segunda falácia é “a falácia da paciência”. Quando falamos de problemas sociais, nos é introduzida a ideia de “paciência histórica”:

O social deve esperar, e é preciso entender o processo e ter paciência enquanto as etapas ocorrem. Independentemente do amplo questionamento que há hoje, sobretudo esta visão do processo de desenvolvimento, queremos enfatizar aqui um de seus elementos. A mensagem que está sendo enviada é de fato que a pobreza pode esperar. (KLIKSBERG, 2001, p.18).

Sen e Kliksberg (2010, p.153-54) afirmam que a desigualdade exerce influência sobre a pobreza. Segundo os autores, o que aconteceu foi que se verificou um “excesso de pobreza” provocado pela elevação da desigualdade, principalmente no período em que ocorreram as ditaduras militares e políticas ortodoxas, que acabaram por duplicá-la.

Segundo Kliksberg (2001, p.19), a pobreza traz consigo algumas consequências, especialmente nas crianças, como a má alimentação, que pode acarretar atrasos no desenvolvimento da linguagem, na evolução visual e motora e dificuldades no desenvolvimento geral, ou seja, danos irreversíveis. Estes danos causados pela pobreza e desigualdades não podem esperar.

A terceira falácia parte do pressuposto de que o crescimento econômico é suficiente. Antes de tudo, faz-se necessário contextualizar como é medido o crescimento econômico de uma região. Este geralmente é medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) de uma determinada região. Segundo Van Den Bergh (2009, p.118) há “uma correlação positiva entre o crescimento do PIB em determinados períodos ou regiões com progresso percebido”. O PIB mede o fluxo do que é produzido em uma dada região, num determinado período e serve de referência na mensuração do crescimento econômico:

A experiência da América Latina e de outras regiões do globo nos mostra que o crescimento do produto total de uma sociedade é imprescindível, pois auxilia no desenvolvimento de tecnologias, na competitividade e traz um clima de estabilidade econômica. Porém, não se pode reduzir o tema do desenvolvimento a apenas crescimento

econômico, pois assim é impossível combater os demais problemas sociais (KLIKSBERG, 2003, p. 22-3).

O PIB não retrata a realidade e os problemas sociais. Trata-se de uma medida do crescimento econômico. Segundo Van Den Bergh (2009, p.118), “a economia não oferece suporte para o PIB como medida de bem-estar social”. O crescimento do PIB não indica o desenvolvimento social, a melhora na realidade social de uma região ou a redução de seus problemas sociais. O PIB indica apenas o crescimento econômico:

Ademais, ao julgar-se o desenvolvimento social econômico não é adequado considerar apenas o crescimento do PNB ou de alguns outros indicadores de expansão econômica global. Precisamos também considerar o impacto da democracia e das liberdades políticas sobre a vida e as capacidades dos cidadãos. (SEN, 2000, p.178).

A quarta falácia afirma que “a desigualdade é um fato da natureza e não um obstáculo para o desenvolvimento”. Esta falácia parte de ideias liberais. Estas partem do pressuposto de que a concentração de renda nas mãos de poucos é preponderante para o aumento do desenvolvimento, pois em decorrência deste fato cria-se maior capacidade de investimento. Neste sentido, Kliksberg (2001) argumenta que regras como estas se aplicam apenas a países desenvolvidos, logo não têm aplicabilidade em países subdesenvolvidos como é o caso dos países que compõem a América Latina. A desigualdade exerce muita influência sobre a economia, a vida pessoal e no desenvolvimento de uma região:

[...] desigualdades geram múltiplos efeitos regressivos na economia, na vida pessoal e familiar, e no desenvolvimento democrático. Entre outros, segundo demonstram numerosas pesquisas: reduzem a formação de poupança nacional, estreitam o mercado interno, conspiram contra a saúde pública, impedem a formação em grande escala de capital humano qualificado, deterioram a confiança nas instituições básicas das sociedades e na liderança política (KLIKSBERG, 2001, p.28).

Conforme Kliksberg (2001, p.28), o “aumento da desigualdade é, por outro lado, uma das causas centrais do aumento da pobreza na região”. A desigualdade não é natural e não deve ser encarada como tal. A desigualdade é a “consequência de estruturas regressivas e políticas erradas que a potencializaram”. A mesma deve ser combatida, caso contrário não existirá integralmente o desenvolvimento. O autor completa afirmando que através de reformas econômicas ocorridas nas últimas décadas na maioria dos países latino-americanos, como o fim dos regimes ditatoriais, a desigualdade sofre incrementos.

A quinta falácia versa sobre “a desvalorização da política social”. Esta falácia desconsidera a política social. Kliksberg (2001, p.30) afirma que a política social passou a ser vista como “uma categoria inferior, concessão à política, uso subotimizante de recursos, conforma uma falácia que está afetando seriamente a região”. Conforme

Sen (2000), a oposição às políticas sociais parte de três pressupostos distintos. Primeiro, argumenta-se que estas políticas, direitos e liberdades tolhem o crescimento e o desenvolvimento econômico. Segundo, procura-se demonstrar que se for ofertado aos pobres o direito à escolha entre ter liberdades políticas e a satisfação das necessidades econômicas, eles optarão pela segunda. E em terceiro e último, o fato da ênfase sobre a liberdade política, liberdades formais e democracia é uma prioridade "ocidental".

Em defesa da política social, Kliksberg (2001, p.30) aponta para o fato das políticas sociais serem essenciais para a população na região e estratégias para a estabilidade do próprio sistema democrático:

Atender às necessidades sociais não é uma concessão, mas sim um fundamento da democracia, uma questão de direitos humanos, isso é constatado quando se consulta a população a respeito do assunto, que dificilmente pede que se reduzam as políticas sociais, mas sim, que às reforcem, ampliem e renovem (KLIKSBERG, 2003, p. 30).

O autor ainda comentou o fato de haver uma discussão quanto à eficiência e o retorno dos investimentos em políticas sociais. Diante do exposto, é difícil dizer se estes dão retorno ou que são pouco eficientes. Se os mesmos proporcionarem a redução de problemas sociais já podem ser considerados eficientes, visto que o crescimento econômico e a renda devem vir acompanhados da redução das desigualdades sociais. A sexta falácia aborda "a maniqueização do Estado":

No pensamento econômico convencional circulante, tem-se feito um esforço sistemático de vastas proporções para deslegitimar a ação do Estado. Associou-se à ideia de Estado com corrupção, com incapacidade para cumprir eficientemente as mínimas funções, com grandes burocracias, com desperdício de recursos. (KLIKSBERG, 2001, p.32-3).

Esta visão baseia-se nos defeitos existentes no funcionamento da administração pública dos vários países da América Latina. Ela foi além e "maniqueizou" o Estado. A ação do Estado na área pública passou a ser vista de forma negativa pela sociedade. Em decorrência da adoção de tal visão, as políticas públicas foram reduzidas, as funções do Estado entregues ao mercado, levando as mesmas para o terreno da eficiência e à solução dos problemas econômico-sociais existentes. Além disso, criou-se um antagonismo entre o Estado e a sociedade civil.

Neste sentido, Kliksberg (2001, p.33) confronta tal pensamento afirmando que "o Estado sozinho não pode resolver os problemas, mas sua minimização agrava-os". O autor chama a atenção para as consequências provocadas pela falácia da maniqueização do Estado:

A falácia da maniqueização do Estado leva a consequências muito concretas: ao deslegitimar sua ação deixa aberto o terreno para sua debilitação indiscriminada e para o desaparecimento paulatino de

políticas públicas firmes em campos cruciais como os sociais. Causa, assim, danos irreparáveis a vastos setores de famílias, aumentando a pobreza e a desigualdade e limitando as possibilidades de um crescimento sustentado (KLIKSBURG, 2001, p.35).

O autor ainda afirma que há outro caminho. Nos países desenvolvidos, ou seja, mais bem-sucedidos econômica e socialmente, os motores propulsores de suas economias é um Estado ativo e de alta eficiência. Essas características acabam por contradizer a falácia, pois o Estado nestes países é administrado pela sociedade civil, derrubando o suposto antagonismo existente entre o Estado e a sociedade, outro pilar da falácia. Nestes países a cooperação surge na ação integrada.

A sétima falácia versa sobre "a incredulidade sobre as possibilidades de contribuição por parte da sociedade civil". Um pensamento que circula tem difundido a ideia de que a sociedade não tem capacidade de desempenhar nenhum papel no processo de desenvolvimento e na redução e/ou erradicação de problemas sociais. Neste contexto, a falácia fragmenta a democracia, visto que a sociedade e as organizações são a base de uma nação democrática.

Sen e Kliksberg (2010, p.54) lembram que a democracia não deve ser vista apenas como voto, mas primeiramente em termos de "racionalidade pública", inclusive a oportunidade para discussão pública e também como participação interativa e encontro racional.

Na América Latina, a falácia em questão acaba alimentando erros existentes nas políticas. Segundo Kliksberg (2001, p.38), a falácia provoca alguns problemas como a inexistência de "apoios públicos firmes às iniciativas da sociedade civil de ação social e os incentivos fiscais são muito reduzidos". Somado a estes problemas, o autor comenta que os movimentos de responsabilidade social empresarial são fracos e oferecem contribuições reduzidas.

De acordo com Kliksberg (2001, p.38), a falácia em questão acaba fechando as portas das nações latino-americanas para o ingresso de capital social. Isto acaba provocando uma rejeição maior aos demais capitais. Neste sentido, Sen e Kliksberg (2010, p.143) afirma que faz-se necessário que as democracias latino-americanas deixem de ser passivas e se tornem mais ativas na busca da elevação da pressão pública "em favor de um Estado mais transparente, descentralizado e aberto". Isto fará com que o capital social seja mobilizado e por consequência a confiança nestas nações será reestabelecida e outros tipos de capitais serão atraídos.

A oitava falácia é intitulada "a participação sim, mas não!". Segundo Kliksberg (2001, p.39), "a participação da comunidade de forma cada vez mais ativa na gestão dos assuntos públicos surge nesta época como uma exigência crescente das grandes maiores da sociedade na América Latina e outras regiões".

De acordo com o autor, o *boom* da democratização avançou sobre a região como resultado de longas lutas históricas travadas entre os latino-americanos. Esse

período criou condições de livre organização e de expressão e acabaram por criar esta "sede" por uma participação mais ativa na administração de assuntos de interesse público.

Porém Kliksberg (2001, p.40) afirma que o que se tem visto na prática é uma participação comunitária reduzida, sendo predominante os programas que são executados verticalmente, ou seja, o Estado sobre as pessoas:

Os programas sociais fazem melhor uso dos recursos, conseguem ser bem-sucedidos no alcance de suas metas e criam autosustentabilidade, se as comunidades pobres às quais se deseja favorecer participam desde o início e ao longo de todo o seu desenvolvimento e compartilham do planejamento, da gestão, do controle e da avaliação (KLIKSBERG, 2001, p.39).

Esta falácia provoca custos pesados, pois bons resultados não são obtidos em decorrência da ausência ou da mínima participação da comunidade na gestão dos assuntos públicos. Kliksberg (2001, p.40-41) argumenta que a presença e a participação da comunidade são de suma importância na melhoria da gestão dos recursos e assuntos públicos e por consequência de seus resultados:

A comunidade multiplica os recursos escassos, somando a eles incontáveis horas de trabalho, e é geradora de contínuas iniciativas inovadoras. Além disso, a presença da comunidade é um dos poucos meios que previne efetivamente contra a corrupção. O controle social da mesma sobre a gestão é uma grande garantia a respeito que se perde ao impedir a participação. (KLIKSBERG, 2003, p. 40-41).

Os pobres, os maiores atingidos pelas adversidades e vulnerabilidades causados pela desigualdade social, acabam adquirindo um sentimento de frustração por não poderem participar de forma genuína e ativa dos assuntos de ordem pública.

A nona falácia trata da "esquiva ética". Kliksberg (2001, p.41) afirma que a análise dos "problemas da América Latina extrapola normalmente a discussão sobre as implicações éticas dos diferentes cursos de ação possíveis". É de extrema importância que se comece a debater o que acontece com as consequências éticas das decisões e ações políticas tomadas no âmbito da América Latina. Kliksberg (2001, p.42) aponta para o fato de que quando é denunciado "a fraqueza da falácia que esquiva a discussão ética, ela toma com frequência o rosto do "pragmatismo". Em defesa desta falácia, Kliksberg (2001, p.42) argumenta,

é impossível discutir ética quando não há recursos. Entretanto, mais do que nunca, quando os recursos são escassos deveria debater-se a fundo sobre as prioridades. Nos países em que esse debate ocorre, os resultados costumam ser muito diferentes em termos de prioridades e de resultados sociais daqueles onde o assunto é evitado.

O autor afirma que a discussão sobre esta prioridade "é a única que garante um uso socialmente racional dos recursos". Neste sentido, a parte da sociedade que

possui maior concentração de riquezas e renda deve sentir-se responsável pela situação de vida dos que tem pouco e encontram-se privados de suas liberdades e capacidades. A ética e a moral devem governar a ação e se tornarem o meio para derrubar a muralha da desigualdade social e econômica.

A décima e última falácia é intitulada como “não há outra alternativa”. Trata-se de uma medida proveniente do discurso econômico ortodoxo. Segundo Kliksberg (2001, p.43) essa “medida é a alegação de que as medidas que se adotam são as únicas possíveis, que não haveria outro curso alternativo”.

Neste contexto, os problemas sociais criados por estas medidas seriam inevitáveis. Kliksberg (2001) discorda, afirmando que o desenvolvimento é muito complexo para que se acredite que só existe um caminho para o mesmo. Esta falácia não se sustenta, especialmente no âmbito das nações latino-americanas. O autor afirma que não existe sustentação na falácia, visto que há países onde a distância entre o rico e o pobre é menor se o governo realizar seus investimentos com equidade, promovendo a reforma agrária, institucionalizando os impostos progressivos, etc.

A própria população latino-americana não aceita tal falácia. Este discurso de que não há alternativa tem conduzido a altíssimos custos sociais e ao desencanto. O desejo de mudança toma conta da sociedade. Kliksberg (2001) afirma que esse mesmo descontentamento que acomete a América Latina levou outras nações do mundo a tomarem decisões e tomarem novas posturas que acabaram por melhorar seus indicadores sociais, respeitando sua singularidade, levando ao desenvolvimento com equidade, nas quais a evolução econômica e a social andam juntas.

Para que esse caminho seja seguido é necessário transformar o Estado, através da ética, dos princípios da transparência e responsabilidade, agir de forma descentralizada, ofertar apoio à sociedade civil e valorizar os menos favorecidos, dentre outras medidas. Só assim a América Latina e outros territórios na mesma situação poderão progredir.

As falácias apresentadas contribuem para que problemas como o da pobreza e das desigualdades não sejam superados, podendo até provocar seu agravamento:

Não contribuem para superar a pobreza e a desigualdade e, ao contrário, com frequência, reforçam-nas estruturalmente visões como: negar a gravidade da pobreza; não considerar a irreversibilidade dos danos que causa; argumentar que o crescimento econômico sozinho resolverá os problemas; desconhecer a transcendência do peso regressivo da desigualdade; desvalorizar a função das políticas sociais; desqualificar totalmente a ação do Estado; desestimar o papel da sociedade civil e do capital social; bloquear a utilização da participação comunitária; esquivar as discussões éticas e apresentar o modelo reducionista que se propõe, com suas falácias implícitas, como a única alternativa possível (KLIKSBERG, 2001, p.46).

Os problemas sociais da América Latina não são provocados unicamente pela adoção dessas visões. Estas apenas obscurecem a busca das verdadeiras causas

destes problemas. Estas falácias circulam amplamente e apresentam uma perspectiva distorcida dos problemas sociais da América Latina e suas causas, levando à prática de erros na criação e implementação de políticas sociais, além de provocar retrocessos e dificuldades na melhora da situação atual da região.

Kliksberg (2001) argumenta que para buscar caminhos diferentes é necessário enfrentar e superar as falácias. O autor ainda evidencia o fato de que a sociedade latino-americana e seus membros não podem se posicionar com indiferença perante os problemas e dramas sociais que surgem na região.

Os problemas sociais da região desencadeiam outros, como é o caso da elevação da taxa de desemprego e do emprego informal, a fome, a desnutrição e até a mortalidade infantil. A existência destes problemas sociais e das falácias acaba por obstruir o avanço do desenvolvimento econômico e social da região, impedindo que a mesma possa experimentar o tão desejado desenvolvimento sustentado e o bem-estar social dos países que integram a América Latina.

5. Considerações finais

O estudo teve como objetivo geral demonstrar como os problemas sociais e suas falácias contribuíram para a obstrução do desenvolvimento econômico na América Latina. Por meio da realização desta pesquisa foi possível vislumbrar como foi fomentado o desenvolvimento na América Latina por meio da criação da CEPAL. Também foi possível identificar como este desenvolvimento agravou ou criou alguns problemas sociais no âmbito dos países latino-americanos. Alguns desses problemas são ignorados ou subestimados em decorrência da disseminação de algumas falácias. Estas foram apresentadas em uma das obras do economista argentino Bernardo Kliksberg.

Estes mesmos problemas e falácias disseminados no âmbito dos países latino-americanos acabam por obstruir o avanço do processo de crescimento e desenvolvimento econômico da região. Por consequência, os países desse território ficam impedidos de experimentar o tão almejado desenvolvimento sustentado e o bem-estar social.

A conclusão que se poder chegar é a de que, além de serem responsáveis pela obstrução do desenvolvimento econômico da região, os problemas sociais e as falácias acabam por provocar outros problemas sociais, como a fome e a desnutrição. A solução apontada por Kliksberg (2001) é a busca por caminhos diferentes para a superação das falácias e a atribuição de importância aos problemas sociais existentes no âmbito dos países latino-americanos. A partir do momento em que estes problemas começam a ser tratados com a devida importância, os mesmos serão combatidos até serem reduzidos e, posteriormente, eliminados da região.

Este estudo, por sua vez, abre precedentes para a realização de pesquisas mais avançadas acerca da influência dos problemas sociais no desenvolvimento econômico e social, bem como na interferência da desigualdade sobre a variável pobreza, visando identificar as relações existentes entre estas variáveis. Outra proposta possível é realizar um estudo teórico que objetiva identificar os verdadeiros e mais graves problemas com os quais a América Latina se defronta.

Referências

ARROYO, J. T; SCHUCH, F. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (orgs.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Tradução de Vera Ribeiro - Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo*. Santiago de Chile: **Revista de la CEPAL**, nº 97, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), abril de 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 7.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

HIRSCHMAN, Albert O. **Stratégie du développement économique**. Paris: Les Ed. Ouvrières, 1974.

KLIKSBERG, Bernardo. Dez falácias sobre os problemas sociais da América Latina. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 36(3):399-431, Maio/Jun. 2002.

_____. **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

LEWIS, W. Arthur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: AGA-RWALA, A. N., SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

MENDONÇA, Luiz Jorge V. Pessoa de. América Latina: da desigualdade social à desigualdade econômica. **Argumentum**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 78-91, jul./dez. 2009.

MORAES, Reginaldo C. **Celso Furtado: O subdesenvolvimento e as ideias da CEPAL**. São Paulo: Ática, 1995.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NURKSE, Ragnar. **Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

OLIVEIRA, Roberson; GENNARI, Adilson Marques. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, v. 3, n. 3, 1949.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? – 3.ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (orgs.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Tradução de Vera Ribeiro - Rio de Janeiro: Record, 2000.

VAN DEN BERGH, Jeroen C. J. M. *The GDP Paradox*. **Journal of Economic Psychology**, 30: 117–135. 2009.